



Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER
Legislativo

Diário da Assembléia Legislativa
16ª Legislatura

Vaz de Lima - Presidente

Waldir Agnello: 1º Vice-Presidente
Luis Carlos Gondim: 2º Vice-Presidente

Donisete Braga: 1º Secretário
Edmir Chedid: 2º Secretário

Vanessa Damo: 3ª Secretária
Maria Lúcia Prandi: 4ª Secretária

Palácio Nove de Julho Av. Pedro Álvares Cabral, 201 CEP 04097-900 Tel. 3886-6122 www.al.sp.gov.br

Volume 118 • Número 40 • São Paulo, sábado, 1º de março de 2008

http://www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL EM 2007

MENSAGEM ANUAL À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

A abertura de mais um ano legislativo é um momento privilegiado para o Executivo, que ganha a oportunidade de expor ao Poder Legislativo – e por intermédio dele, a todos os cidadãos e cidadãs – as ações e iniciativas que empreendeu no exercício anterior.

O Governo de São Paulo assumiu o compromisso de trabalhar pela melhoria da educação pública. Para tanto, no exercício findo, definiu dez metas a serem implantadas até 2010. Entre elas, a plena alfabetização de todos os alunos de 8 anos; a redução em 50% das taxas de reprovação da 8ª série e do Ensino Médio; o aumento de 10% nos índices de desempenho dos ensinos Fundamental e Médio, nas avaliações nacionais e estaduais; a implantação, com a colaboração dos municípios, do Ensino Fundamental de 9 anos; além de um vasto programa de obras e infra-estrutura física das escolas.

Várias ações já começaram a ser empreendidas, como o Programa Ler e Escrever, que incorpora professores auxiliares nas classes de 1ª série do Ensino Fundamental. São eles jovens universitários, selecionados por instituições de ensino conveniadas com a Secretaria da Educação. Em 2007, os professores auxiliares atuaram em mais de 3 mil classes, de cerca de 600 escolas, atendendo aproximadamente 100 mil alunos da rede. No ano em curso, prevê-se a implantação do programa em 523 unidades escolares da Capital e Grande São Paulo, beneficiando 152 mil alunos de 1ª série.

Também em 2007, foi retomado o Saresp – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, que não foi realizado em 2006. A partir de agora, cada escola será comparada com si mesma e com seu desempenho nas avaliações anteriores do Saresp, o que possibilitará o estabelecimento de metas, para cada equipe escolar e o recebimento de bônus salarial, de acordo com a evolução da aprendizagem dos alunos.

A partir de 2008, com o propósito de fortalecer o aprendizado, nos 42 dias iniciais do ano letivo, os alunos da 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio, da rede estadual, receberão reforço em língua portuguesa e matemática.

A valorização do servidor da educação tem recebido, também, grande atenção. Assim, com aprovação desse egrégio Parlamento, o Executivo sancionou diversas leis, não apenas antecipando o pagamento do bônus merecimento, para os quadros do Magistério e de Apoio Escolar, como também permitindo o pagamento de trinta dias da licença-prêmio em dinheiro, além da incorporação do Prêmio de Valorização, aos vencimentos do Quadro do Magistério, e da Gratificação Suplementar, aos vencimentos do quadro de Apoio Escolar. Foi instituída também a Gratificação de Função, para o professor coordenador, o vice-diretor e o secretário da escola.

O Ensino Técnico e o Ensino Tecnológico também estão sendo fortalecidos. O objetivo é criar, até 2010, mais 100 mil novas matrículas no Ensino Técnico e dobrar o número de Faculdades de Tecnologia, passan-

do das 26 unidades existentes em 2006 para 52 unidades, com o oferecimento de mais 20 mil novas vagas.

Apenas no ano passado, foram implantadas 12 novas Escolas Técnicas Estaduais, nos municípios de Araçatuba, Diadema, Ferraz de Vasconcelos, Ibitinga, Palmital, Piraju, Teodoro Sampaio, além de quatro unidades em São Paulo: Itaquera, Dra. Maria Augusta, Parque da Juventude e Sapopemba. Foram implantadas também as FATECs de Guarulhos, Itaquaquecetuba, Jales, Mogi Mirim, Presidente Prudente, Santo André e São Caetano do Sul.

Iniciativa muito relevante é o Telecurso TEC, parceria entre o Centro Paula Souza e a Fundação Roberto Marinho que visa a expandir a oferta do ensino profissionalizante em São Paulo, por meio do ensino à distância. Inicialmente, três são os cursos contemplados: Secretariado, Administração Empresarial e Gestão de Pequenas Empresas. A partir deste ano – e dentro do Telecurso TEC – a Secretaria da Educação irá oferecer aos alunos do 3º ano do Ensino Médio formação nas duas últimas matérias.

Teremos um significativo avanço no ensino, ainda em 2008, com a implantação da Universidade Virtual do Estado de São Paulo, a Univesp, sob a coordenação da Secretaria de Ensino Superior. Um dos seus objetivos é a formação superior de 36 mil professores dos Ensinos Fundamental e Médio, do EJA – Educação de Jovens e Adultos e de Educação Especial que estejam em exercício, mas que não possuem grau universitário. Oferecerá, também, capacitação continuada em Pedagogia, Português, Matemática, além de cursos superiores de Física, Química e Biologia, áreas em que há carência de quadros no magistério.

Uma das ações mais importantes da Administração Estadual, em 2007, foi a ampliação da rede de unidades da Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente, a Fundação Casa. Dezoito novas unidades foram entregues, sendo 15 de internação e 3 para o regime de semi-liberdade. No ano corrente, mais 23 unidades serão entregues.

Os segmentos mais fragilizados da sociedade paulista continuaram a receber do Estado a atenção que lhes é devida. Seja por meio dos convênios únicos, firmados com os municípios, seja diretamente pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, e por intermédio de programas como o Renda Cidadã e o Ação Jovem, foram atendidas cerca de 300 mil famílias e 530 mil pessoas. A segurança alimentar é uma das preocupações do Governo do Estado. Daí o Projeto Bom Prato que ganhou uma trigésima unidade, a de São Vicente, em 2007, bem como o Projeto Viva Leite que, no ano findo, atendeu a cerca de 660 mil crianças e 60 mil idosos, com a distribuição gratuita mensal de 10,8 milhões de litros de leite tipo C.

Para o Governo de São Paulo a formação das pessoas não se esgota nos bancos escolares ou na academia, mas é um processo permanente, que se enriquece com o acesso à cultura. Daí a ênfase que dá a essa área, com realizações como a Virada Cultural Paulista, que levou 24 horas contínuas de artes e de espetáculos a dez cidades do interior. Daí também iniciativas como o Programa Vá ao Cinema, que possibilitou que alunos da rede pública de ensino pudessem assistir, gratuitamente, a filmes brasileiros em 30 municípios. Em 2008, o programa chegará a 80 cidades, inclusive à Capital,

com a distribuição de 2,5 milhões de vale-ingressos. Por sua vez, o Projeto Guri, que se volta a crianças e adolescentes, foi ampliado com a implantação de mais nove núcleos, elevando para 51 mil o número de seus participantes.

Programa importante, nos planos cultural e social, relativamente aos adolescentes, é o das Fábricas de Cultura. No ano findo, ele desenvolveu um projeto piloto, para a apresentação nos Centros Educacionais da Prefeitura de São Paulo. Em 2008, as três primeiras unidades do programa serão implantadas nas regiões Leste, Norte e Sul, da Capital.

Pelo papel que tem na promoção da saúde e do lazer, outra dimensão que deve ser enfatizada é a do Esporte. Foram promovidas pelo Estado 17 grandes competições esportivas, que contaram com 500 mil participantes, entre atletas e colaboradores, jovens ou mesmo mais maduros, como os esportistas dos Jogos Regionais e Estaduais do Idoso.

Igualmente relevante para o desenvolvimento dos jovens e dos adultos é o domínio da internet. Para difundir-lo, o Governo do Estado acelerou o Programa Acesso São Paulo, implantando, em 2007, 50 novos postos, na Capital e no interior. Está prevista a implantação de mais 120 unidades em 2008. O objetivo, para 2010, é ter pelo menos um posto em cada uma dos 645 municípios paulistas.

O Governo do Estado possui uma meta arrojada: a entrega de mais de 100 mil moradias até 2010. Mas não basta construí-las: é necessário que elas ofereçam um padrão digno aos seus moradores, é indispensável que os imóveis estejam regularizados e que disponham de toda a infra-estrutura necessária ao cumprimento das suas funções. Para concretizar estes objetivos, foi definido um novo padrão para as moradias da CDHU. A partir de agora, 50% das novas construções incluirão um terceiro dormitório. Disporão, ainda, de medidor individualizado de água, pisos e azulejos nas áreas molhadas, entre outras melhorias.

Ao Programa Cidade Legal caberá a agilização e averbação do parcelamento do solo e de núcleos habitacionais. Cerca de 130 municípios já assinaram convênios para a participação no Programa e regularização de mais de 1 mil núcleos habitacionais, beneficiando 850 mil pessoas. Pelo Programa Parceria com os Municípios, a atual Administração inova, aumentando o valor dos recursos para edificação, dentro da nova tipologia, e contemplando aportes para a execução da infra-estrutura, tais como obras de terraplenagem, redes de água e esgoto, pavimentação e calçamento, sem onerar o beneficiário final. Já pelo Programa Especial de Melhorias, a Secretaria da Habitação repassará recursos para realização de benfeitorias, como praças e iluminação, entre outras. O programa está atendendo mais de 250 municípios. O investimento total é da ordem de R\$ 44 milhões, com contrapartida de 20%, pelas prefeituras.

A fim de restabelecer o atendimento habitacional aos servidores públicos estaduais, foi criado o PAHI – Programa Habitacional de Integração, cuja lógica é a aproximação da moradia do servidor ao seu local de trabalho. Em 2007, o programa contemplou 6 mil famílias, com cartas de crédito. Em 2008, estão previstas mais 9 mil cartas de crédito, aumentando-se o atendimento em cidades com mais de 150 mil habitantes.

A questão habitacional também está presente em um dos principais programas do Governo do Estado: o Projeto de Recuperação Sócioambiental da Serra do Mar, que visa a recuperação de áreas ocupadas nos bairros-cota, inclusive com o reassentamento da população deslocada e a urbanização de algumas áreas onde não seja possível a remoção. Os projetos para a construção já estão em andamento e implicarão na produção de mais de 7 mil unidades habitacionais.

Com investimentos de R\$ 820 milhões, dos quais R\$ 500 milhões de responsabilidade do Estado e R\$ 320 milhões da União, deverão ser construídas 28.421 moradias, relativas a 14 projetos habitacionais. Os contratos respectivos foram assinados com a Caixa Econômica Federal em 26 de dezembro passado.

Uma das mais importantes intervenções do Governo de São Paulo, na Capital, foi desencadeada em 2007 e reúne esforços do Estado, da prefeitura e do Governo Federal. Trata-se da reurbanização da Favela Paraisópolis, com a construção de 2.500 novas moradias e a execução de obras que beneficiarão 20 mil famílias. Os investimentos previstos são de R\$ 147,5 milhões.

De ser ressaltada a aprovação, por esse Nobre Colegiado, de projeto de lei encaminhado a essa casa, no ano de 2007, e sancionado na primeira quinzena do corrente ano, que criou o Conselho Estadual da Habitação, o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social e o Fundo Garantidor Habitacional. Trata-se de institutos que darão uma importante contribuição ao encaminhamento da problema habitacional em nosso estado.

O Governo de São Paulo lançou, em 2007, o maior programa de construção, reforma e ampliação de fóruns, dos últimos anos. Concluiu os fóruns de Itapevi, Itirapina, Barreto, Pindamonhangaba e Ferraz de Vasconcelos. Terminou, também, a ampliação e reforma do fórum de Mogi Mirim e a ampliação do fórum de Itapetininga. Estão em andamento as obras da 3ª Etapa da Cidade Judiciária de Campinas e a reforma e ampliação dos fóruns de Fernandópolis, Suzano e São José do Rio Preto. Encontram-se em licitação a ampliação dos fóruns de Bragança Paulista, Jacaré e Santa Cruz do Rio Pardo e a construção dos de Guarulhos e de São José dos Campos.

São Paulo tem conduzido uma batalha incansável contra a criminalidade. E tem obtido resultados muito significativos, o que é um grande incentivo ao empenho cada vez mais intenso nessa luta.

Em 2007, das 15 modalidades de crimes cujo acompanhamento estatístico é feito pela Secretaria da Segurança Pública, 11 diminuíram, relativamente a 2006. Assim, os sequestros caíram 58%; o roubo a bancos, 35%; o latrocínio, 18%; o furto de veículos, 11%; os estupros, 5,9%; o homicídio doloso, 19,48%. Aliás, quando comparado a 1999, ano de pico dessa ocorrência criminal, a redução chega a 62%.

Esse desempenho mostra o acerto em associar treinamento e equipamentos modernos com planejamento e inteligência policial, instrumentos fundamentais para um policiamento eficiente. A informação bem trabalhada é básica para o planejamento da atividade policial. Por isso, a criação do Centro Integrado de Inteligência da Segurança Pública, em 2007, que é voltado, primor-